

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 540.769 - SP (2019/0314561-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
JULIANA PASCUTTI FERREIRA DE OLIVEIRA - SP275887  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DIEGO NASCIMENTO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de DIEGO NASCIMENTO DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação Criminal n. 0012553-27.2017.8.26.0635.

Consta dos autos que o paciente foi absolvido, em primeiro grau de jurisdição, da imputação da prática do delito previsto no art. 157, § 2º, I e II, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, com espeque no art. 386, VII, do Código de Processo Penal (e-STJ, fls. 24/31).

Irresignado, o *Parquet* estadual apelou e o Tribunal *a quo* deu provimento ao recurso para condenar o paciente, às penas de 4 anos, 3 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicial fechado, além de 9 dias-multa, pela prática do delito tipificado no **art. 157, § 2º, I e II, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal** (e-STJ, fls. 32/45), em acórdão assim ementado:

*APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO – RÉU ABSOLVIDO DIANTE DA INCERTEZA QUANTO À AUTORIA – A JUSTIÇA PÚBLICA OBJETIVA A CONDENAÇÃO – COM INTEIRA RAZÃO – TRATA-SE DE PRISÃO EM FLAGRANTE E RECONHECIMENTO SEGURO PELAS VÍTIMAS, QUE SÃO POLICIAIS MILITARES, REAGIRAM E ATINGIRAM O RÉU, QUE FOI LOCALIZAÇÃO EM HOSPITAL – A TESE DEFENSIVA DE QUE O RÉU FOI BALEADO EM OUTRO ENTREVERO NÃO RESTOU DEMONSTRADA NOS AUTOS, ÔNUS QUE CABIA À DEFESA – CONDENAÇÃO DE RIGOR – RÉU QUE CUMULA MAUS ANTECEDENTES E REINCIDÊNCIA – REGIME FECHADO – RECURSO MINISTERIAL PROVIDO PARA*

# Superior Tribunal de Justiça

*CONDENAR O RÉU, COM EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PRISÃO QUANDO ESGOTADAS AS IMPUGNAÇÕES ORDINÁRIAS NESTA CORTE DE JUSTIÇA.*

No presente *writ* (e-STJ, fls. 3/15), a impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, pois sua pena-base foi exasperada em razão da apontada existência de maus antecedentes, a despeito de não haver *informação acerca do trânsito em julgado para as partes quanto à ação penal nº 0008222-89.2009.8.26.0050 e a menção à expedição de guia de recolhimento não o supre*. Isso porque *não se pode afastar a possibilidade da inoccorrência de trânsito em julgado e concomitante cumprimento da pena em razão da ausência de recurso da acusação e da execução provisória da reprimenda* (ambas à e-STJ, fls. 5/6). Aponta, também, ser aplicável ao caso o enunciado n. 444 da Súmula desta Corte.

Ademais, assevera ser indevido o aumento da pena em fração superior a 1/3, na terceira fase da dosimetria, com base na mera indicação do número de majorantes, pois tal procedimento vulnera o enunciado da Súmula n. 443/STJ.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a redução da sanção do paciente, ante a redução de sua pena-base ao piso legal e pela redução da fração de aumento pelas majorantes do roubo, de 3/8 para 1/3, na terceira fase do cálculo dosimétrico.

O pedido liminar foi indeferido, às e-STJ, fls. 48/50 e, por estarem os autos suficientemente instruídos, foi dispensado o envio de informações.

O Ministério Público Federal, em parecer exarado às e-STJ fls. 56/62, opinou pelo não conhecimento do *mandamus* e, caso conhecido, pela denegação da ordem.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta

conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

Conforme relatado, busca-se, em síntese, o redimensionamento das sanções do paciente, ante o decote dos maus antecedentes, ao argumento de não haver *informação acerca do trânsito em julgado para as partes quanto à ação penal nº 0008222-89.2009.8.26.0050 e a menção à expedição de guia de recolhimento não o supre* (e-STJ, fls., 5/6), além da redução da fração de aumento pelas majorantes do roubo, de 3/8 para 1/3.

### **I. Pena-base (maus antecedentes)**

Neste tópico, a impetrante afirma que o paciente não ostenta maus antecedentes, porque *não há informação acerca do trânsito em julgado para as partes quanto à ação penal nº 0008222-89.2009.8.26.0050 e a menção à expedição de guia de recolhimento não o supre* (e-STJ, fls., 5/6). Todavia, compulsando os autos, verifico que esse tema não foi apreciado pelas instâncias de origem, tratando-se portanto, de matéria nova, somente ventilada neste *habeas corpus*, não sendo possível sua análise diretamente por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Nesse sentido:

*PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. LEI MARIA DA PENHA. AMEAÇA E LESÃO CORPORAL. NULIDADES. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. INOCORRÊNCIA. NULIDADE DA CITAÇÃO. VÍCIO SANADO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DESNECESSIDADE. LAUDO PERICIAL REALIZADO COM BASE EM EXAME PARTICULAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.*

*[...]*

*III - Ao juiz é dado decretar a prisão preventiva, inclusive de ofício, quando no curso do processo, consoante se depreende da leitura do art. 311, do Código de Processo Penal, não havendo que se falar em ofensa ao devido processo legal*

# Superior Tribunal de Justiça

pela ausência de intimação da defesa.

**IV - Quanto à nulidade do laudo pericial, realizado com base em exame particular, não houve pronunciamento sobre o tema por parte do eg. Tribunal a quo, de modo que não é possível ao Superior Tribunal de Justiça conhecer pela vez primeira de matéria não debatida nas instâncias ordinárias, sob pena de indevida supressão de instância. Recurso ordinário desprovido. (RHC n. 51.303/BA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 9/12/2014, DJe 18/12/2014, grifei)**

**HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. ROUBO MAJORADO. PRISÃO CAUTELAR. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TÍTULO PRISIONAL AUTÔNOMO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. 3. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52/STJ. 4. NULIDADE PROCESSUAL E EXTENSÃO DE BENEFÍCIO. TESES NÃO ENFRENTADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. 5. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

[...]

**3. Proferida sentença condenatória fica superada a alegação de excesso de prazo na formação da culpa, nos termos do enunciado n. 52 da Súmula desta Corte.**

**4. Constatado que os argumentos ventilados na exordial - nulidade processual e extensão de benefício penal - não foram enfrentados pelo Tribunal de origem, fica esta Corte impedida de examinar a questão, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.**

**5. Habeas corpus não conhecido. (HC n. 288.885/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, julgado em 20/3/2014, DJe 4/4/2014, grifei)**

No Supremo Tribunal Federal:

**HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. NÃO ESGOTAMENTO DE JURISDIÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NULIDADE PROCESSUAL.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*NEGATIVA DE AUTORIA. NECESSIDADE DE EXAME DOS FATOS E PROVAS DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. DEFICIÊNCIA DEFESA TÉCNICA. INOCORRÊNCIA. FLAGRANTE FORJADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.*

*1. Há óbice ao conhecimento de habeas corpus impetrado contra decisão monocrática de Ministra Relatora do Superior Tribunal de Justiça, em que negado seguimento ao recurso especial interposto naquela Corte, cuja jurisdição não se esgotou. Precedentes.*

*2. O habeas corpus não se presta ao exame e à valoração aprofundada das provas, de todo inviável nele reavaliar o conjunto probatório que levou à condenação criminal.*

*3. Participação ativa do advogado, conforme legalmente determinado, e ausência de prova de prejuízo concreto ao paciente, a afastar a tese de deficiência de defesa técnica ensejadora da pretendida nulidade processual, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal.*

***4. Inviável a apreciação por este Supremo Tribunal Federal, em sede de habeas corpus, de matéria não apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância.***

*5. Habeas corpus extinto sem resolução de mérito. (HC 120655, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 10/6/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJE-148 DIVULG 31-7-2014 PUBLIC 1º-8-2014, grifei)*

## **II. Fração de aumento pelas majorantes do crime de roubo**

Neste tópico, a impetrante busca a redução da fração de aumento pelas majorantes do roubo, ao argumento de ser indevido o aumento em fração superior a 1/3, com base na mera indicação do número de majorantes

De início, cabe ressaltar que a dosimetria da pena e o seu regime de cumprimento inserem-se dentro de um juízo de discricionariedade do julgador, atrelado às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas do agente, somente passível de revisão por esta Corte no caso de inobservância dos parâmetros legais ou de flagrante desproporcionalidade.

Sob essas diretrizes, o Relator do voto condutor do acórdão fixou

# Superior Tribunal de Justiça

a referida fração de aumento nos seguintes termos (e-STJ fls. 34/43, destaquei):

[...]

*Conforme narra a denúncia, as vítimas Fábio e Nicolý, que são policiais militares, retornavam à residência do casal a bordo do veículo Ford/Ecosport, cor branca, placas PXT-8854-São Paulo, momento em que foram abordadas por DIEGO e um comparsa não identificado. Eles ocupavam uma motocicleta, cor vermelha, sem placas.*

*Ato contínuo, o réu e seu comparsa, que empunhava uma arma de fogo, encostaram ao lado do veículo e anunciaram o "assalto".*

*Ocorre que, antes que os assaltantes lograssem êxito em subtrair seus pertences, Fábio reagiu e efetuou disparos contra os meliantes, fazendo com que ambos se evadissem rapidamente na condução da motocicleta, na contramão de direção.*

*A Polícia Militar foi acionada e após, aproximadamente, uma hora, DIEGO foi localizado no Hospital Santa Marcelina da Cidade Tiradentes, onde deu entrada com um ferimento de arma de fogo.*

[...]

*Afora isso, as vítimas em nenhum momento titubearam em reconhecer o réu e apontá-lo como um dos roubadores.*

*Fábio disse que reconhece o acusado em sala de audiências. Na data dos fatos, o réu estava conduzindo uma moto vermelha e o indivíduo da garupa estava armado. O declarante guiava o carro. Os assaltantes se aproximaram pela janela do passageiro, onde estava sua esposa, e anunciaram o roubo, com arma em punho. O declarante sacou sua arma e reagiu, disparando sua arma na direção dos rapinadores. Eles manobram e se evadiram do local. Uma hora depois, aproximadamente, reconheceu o acusado no Hospital Santa Marcelina.*

*Nicolý, a outra vítima, disse que reconhecia o acusado em audiência. Narrou os fatos como descritos na peça matriz e já adiantados por seu marido. Estavam chegando a casa e pararam no farol. De repente, uma moto encostou ao seu lado e o garupa, que estava armado, disse: "perdeu, perdeu". Eles estavam armados e chegaram a apontar a arma para a declarante, sendo que o réu era o condutor da moto. Disse que não deu tempo dos assaltantes levarem nada porque seu marido*

reagiu. Disse que uma hora depois, seu marido reconheceu o réu no hospital e a declarante o reconheceu na delegacia.

Há, também, o depoimento do policial militar João da Cruz. Ele disse que reconhecia o acusado nesta sala de audiências. Na data dos fatos, estavam em patrulhamento, momento em que o COPOM irradiou a ocorrência. Foram ao local e nada foi constatado. Disse que a vítima deu sinal e narrou os fatos, dizendo que sofrera tentativa de roubo e que reagiu. Disse que pegou Fábio e a esposa para apresentar a ocorrência no Distrito Policial. Disse que, após o réu dar entrada no hospital, a vítima o reconheceu como sendo um dos autores do roubo.

[...]

***Passa-se à dosimetria penal.***

***Na primeira fase, a pena é fixada com acréscimo de 1/6 (um sexto) diante dos maus antecedentes (Processo n° 0008222-89.2009.8.26.0050 da 13ª. Vara Criminal desta Capital-SP, conforme certidão de fls. 131/132), o que resulta em 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão, mais pagamento de 11 (onze) dias-multa, fixados no valor mínimo legal.***

***Na segunda fase, deve incidir a agravante da reincidência (Processo n° 0064247-25.2009.8.26.0050, da 24ª Vara Criminal desta Capital-SP, conforme certidão de fls. 132/133), o que resulta em 06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, mais pagamento de 14 (catorze) dias-multa.***

***Na terceira fase, tendo em vista a presença de duas majorantes, o aumento deve ser de 3/8 (três oitavos).***

***O emprego de arma de fogo e o concurso de agentes exigem acréscimo maior que o mínimo, em respeito aos princípios constitucionais da individualização das penas e da proporcionalidade.***

***Óbvio reconhecer que, diante da maior incidência de causas de aumento de pena, maior será o acréscimo na reprimenda, a qual deve guardar proporcionalidade com a gravidade da conduta praticada pelo agente, pois aqui se trata de dupla de motoqueiros que, de arma em punho, abordaram o veículo da vítima, uma das condutas criminosas mais temidas hodiernamente.***

***Com o acréscimo de 3/8 (três oitavos) resulta na pena de 08 (oito) anos, 06 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, mais pagamento de 19 (dezenove) dias-multa.***

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Também, na terceira fase, deve incidir a redução pela tentativa.*

*Diante do iter criminis percorrido, levando-se em conta que o veículo das vítimas estava parado em um semáforo e os réu estavam encostados no vidro do carona, apontando a arma de fogo para a vítima mulher e anunciaram o assalto, razoável a redução de metade, o que resulta na pena final de 04 (quatro) anos, 03 (três) meses e 10 (dez) dias de reclusão, mais o pagamento de 09 (nove) dias-multa, no valor mínimo legal.*

Pela leitura do recorte acima, verifico que assiste razão à impetrante, pois a Corte paulista, na terceira fase da dosimetria da pena cominada ao paciente, elevou suas reprimendas em 3/8, patamar superior ao mínimo legal, previsto no § 2º do art. 157 do Código Penal, que é de 1/3, em razão do número de majorantes, haja vista que justificou a fração operada, nos seguintes termos – *o emprego de arma de fogo e o concurso de agentes exigem acréscimo maior que o mínimo, em respeito aos princípios constitucionais da individualização das penas e da proporcionalidade* – (e-STJ fl. 42), e da gravidade abstrata do delito, ao consignar que *se trata de uma dupla de motoqueiros que, de arma em punho, abordaram o veículo da vítima, uma das condutas mais temidas hodiernamente* (e-STJ fl. 43). Nesse contexto, constata-se que não houve fundamentação idônea para justificar o incremento operado, uma vez que a prática delitiva não extrapolou o tipo penal violado.

Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça, inclusive, consagrou o entendimento de que o recrudescimento da pena na terceira fase da dosimetria alusiva ao delito de roubo circunstanciado em fração mais elevada que 1/3 demanda fundamentação concreta, não se afigurando idônea a simples menção ao número de majorantes e à sua gravidade abstrata, como ocorrido *in casu*. Nesse diapasão, a Súmula n. 443 desta Corte, *in verbis*:

*O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.*



# *Superior Tribunal de Justiça*

Ainda nesse sentido:

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. ROUBO MAJORADO. EMPREGO DE ARMA BRANCA. CONCURSO DE AGENTES. DOSIMETRIA. AUMENTO DA PENA. INCIDÊNCIA DE DUAS MAJORANTES. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE. SÚMULA 443/STJ. REGIME INICIALMENTE FECHADO. GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. FUNDAMENTO INIDÔNEO. SÚMULA 440/STJ. FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL SEMIABERTO. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*III - A Terceira Seção desta Corte firmou o entendimento no sentido de que, para a incidência da causa especial de aumento prevista no inciso I do § 2º do artigo 157 do Código Penal, mostra-se prescindível a apreensão e realização de perícia na arma utilizada na prática do crime de roubo, desde que seja comprovada a sua utilização na prática delituosa por outros meios de prova. No caso dos autos, o v. acórdão reprochado apoiou-se na prova oral produzida para concluir pela utilização da arma branca no crime de roubo (precedentes).*

*IV - O eg. Tribunal de origem, apoiado nos elementos de prova produzidos nos autos, concluiu que "as causas de aumento restaram devidamente demonstradas, pois o material probatório coligido aponta que o crime foi cometido pela Ré com mais um comparsa [...]" (fl. 46). Rever esse entendimento demandaria, impreterivelmente, revolvimento de matéria fático-probatória, inviável na via eleita (precedentes).*

*V - No presente caso, verifica-se que a pena foi exasperada em 3/8 (três oitavos) considerando apenas a quantidade de majorantes. Assim, forçoso reconhecer a ocorrência de flagrante ilegalidade, uma vez que o aumento foi aplicado sem que houvesse a devida fundamentação, violando o enunciado da Súmula n. 443/STJ, segundo o qual "o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para sua exasperação a mera indicação do número de majorantes" (precedentes).*

*[...] Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para, confirmando a liminar, com fundamento nas Súmulas n. 443 e 440/STJ, reduzir a pena da paciente para 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e fixar o regime prisional*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*semiaberto para o início do cumprimento da pena. (HC n. 343.248/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 17/3/2016, DJe 11/4/2016)*

*HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO. INSURGÊNCIA DEFENSIVA CONTRA A TERCEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA. PEDIDO DE APLICAÇÃO DA SÚMULA 443/STJ. RECONHECIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA NA UTILIZAÇÃO DA FRAÇÃO DE 3/8. CRITÉRIO QUANTITATIVO. IMPOSSIBILIDADE. REDUÇÃO PARA 1/3. REGIME FECHADO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA PARA A FIXAÇÃO DE REGIME INICIAL MAIS GRAVOSO. ENUNCIADOS N. 440 DA SÚMULA DO STJ E N. 718 E 719 DA SÚMULA DO STF. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*[...]*

*– Consoante a Súmula n. 443 deste Superior Tribunal de Justiça, "o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes".*

*– Na hipótese, o aumento da pena em fração superior a 1/3 ocorreu em razão da quantidade de majorantes, sem a indicação de fundamentação concreta, a evidenciar a necessidade de aplicação da fração mínima.*

*[...]*

*– Habeas corpus não conhecido. Concessão da ordem, de ofício, para redimensionar a pena do paciente para 5 anos e 4 meses de reclusão e fixar o regime inicial semiaberto. (HC n. 338.514/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 18/2/2016, DJe 23/2/2016)*

Desse modo, ausentes elementos concretos a autorizar a exasperação das penas em patamar superior ao mínimo de 1/3, impõe-se a redução da fração de aumento. Passo, então, à nova dosimetria das sanções impostas.

Mantenho as penas aplicadas pelo Tribunal *a quo* na primeira e

# Superior Tribunal de Justiça

segunda fases da dosimetria. Na terceira fase, exaspero as penas no mínimo legal de 1/3, resultando em 8 anos, 3 meses e 16 dias de reclusão, e 18 dias-multa e, em virtude do *iter criminis* percorrido, mantenho a redução da reprimenda em 1/2, ficando a sanção do paciente definitivamente estabilizada em 4 anos, 1 mês e 23 dias de reclusão, além de 10 dias-multa.

Ficam mantidos o regime inicial fechado e a negativa de substituição da pena privativa de liberdade, por medidas restritivas de direitos, nos termos do disposto nos arts. 33, §§ 2º e 3º, e 44, ambos do Código Penal.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ. Contudo, **concedo a ordem ex officio** para redimensionar as penas do paciente para 4 anos, 1 mês e 23 dias de reclusão, além de 10 dias-multa, mantidos os demais termos da condenação.

Comunique-se com urgência o Tribunal impetrado e o Juízo de primeiro grau.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator